

UMBANDA: legitimidade e celebração. A experiência da religião afro-brasileira em Teresina (PI) na década de 1970

Por Sabrina Verônica Gonçalves Lima* e Solimar Oliveira Lima**

Resumo: as religiões afro-brasileiras no Piauí, especialmente a umbanda, passaram por um processo de legitimação e aceitação que teve início ainda nas primeiras décadas do século XX e se consolidou com a institucionalização da religião na década de 1960. A década de 1970 representou um marco nas religiões afro-brasileiras no Piauí, período em que ocorreram festas umbandistas em locais públicos, possibilitando uma maior visibilidade aos cultos e movimentando a comunidade umbandista .

Palavras-chave: Umbanda; Religiões afro brasileiras; Imprensa; Piauí

Abstract: the african Brazilian religions in Piauí, especially umbanda, have undergone a process of legitimization and acceptance that began even in the first decades of twentieth century and was consolidated with the institutionalization of religion in the 1960s. The 1970s represented a milestone in african Brazilian religions in Piauí, during which occurred umbandists parties in public places, allowing greater visibility to cults and moving the umbandist community.

Keywords: Umbanda. African brazilian religions. Press. Piauí.

1 Introdução

As religiões afro-brasileiras em Teresina, ao findar a primeira década do século XXI, parecem desfrutar de aceitação social de suas práticas. De acordo com o mapeamento das comunidades de terreiros da capital, publicado por Solimar Lima (2014), a cidade possuía 244 terreiros, número que certamente já deve ter-se modificado, uma vez que ano após ano terreiros fecham e novos abrem, em um ciclo contínuo e inerente a esses cultos. Nestes anos recentes, as comunidades movimentam a cidade com um calendário festivo que visa à promoção da visibilidade com atos públicos, como a lavagem do adro da igreja de São Benedito e o evento Cultura Negra Estaiada na Ponte, que mobilizam religiosos, simpatizantes e poder público.

No entanto, olhar para essas comunidades hoje, na realidade que nos é apresentada, ver suas movimentações pela cidade e constatar a grande quantidade de praticantes, leva-nos a indagar sobre aspectos cruciais do cenário afro-piauiense: qual terá sido o processo histórico passado pelas religiões afro-brasileiras no estado? Como conquistaram visibilidade? Quais os mecanismos e estratégias dessas comunidades para se imporem socialmente? Decerto, nem todas as lacunas referentes às religiões afro-brasileiras no Piauí podem ainda ser preenchidas, mas pesquisas relacionadas ao tema já dão conta de esclarecer alguns pontos importantes e nos ajudam a entender a luta encaixada por esses segmentos no Piauí e no Brasil.

O presente artigo se propõe a pensar a umbanda no Piauí e sua relação com o cenário religioso nacional. Mostraremos com a umbanda se estabeleceu no Brasil; quais as estratégias da comunidade umbandista em busca da legitimidade de suas práticas através da institucionalização da religião, o que chamamos de movimento das federações; e como se deu a criação da federação piauiense e os anos iniciais do órgão, representado pela publicidade das práticas e realização de festas públicas, apresentando a umbanda à sociedade.

Para tanto, utilizamos algumas fontes que auxiliam na compreensão das movimentações em torno da umbanda em Teresina na década de 1970. Consultamos documentos cartoriais, como o registro de atas e o estatuto da primeira Federação de Umbanda do Estado, fundada em 1964; matérias jornalísticas publicadas no Jornal de Umbanda, editado no Rio de Janeiro no ano de 1954; nos jornais O Dia e A Tribuna, ambos editados em Teresina no período da década de 1970; e uma entrevista com o umbandista Luiz Santos, que possui um terreiro no bairro Santa Maria da Codipi, em Teresina, e que participou ativamente dos acontecimentos da umbanda no período estudado.

2 A Umbanda no Brasil e o Movimento das Federações

No início do século XX, no Rio de Janeiro, consolidava-se como religião um conjunto de práticas afro-brasileiras que há muito permeavam as relações entre as pessoas e o sagrado, não apenas do Rio, como em todas as regiões do País. Bem antes dessas práticas tomarem um corpo, já era possível identificar seus elementos compondo os mais diversos rituais, descritos como feitiçaria, magia negra, entre outras denominações. Marcados pela incorporação de espíritos em pessoas e com finalidades diversas, esses cultos eram denominados inicialmente de macumba; perseguidos e marginalizados, representavam o atraso e remetiam a um passado de escravidão que deveria ser extirpado (ISAIA, 2012).

Tal conjunto de práticas passou a ser denominado de umbanda, religião brasileira nascida da dissidência do espiritismo kardecista, que não aceitava a incorporação de espíritos tidos como inferiores, como caboclos e pretos velhos. A umbanda recém-formada teria a missão de embranquecer determinadas práticas de origem negra para promover sua aceitação e firmar-se na sociedade. Apresentando-se inicialmente como espiritismo de umbanda, a nova religião era composta de elementos católicos, kardecistas,

indígenas e afro-brasileiros (ORTIZ, 1999).

Sobre esse momento inicial da religião e as medidas tomadas para adequá-la aos valores da sociedade brasileira naquele momento, Prandi (1990, p. 4) esclarece que

A umbanda que nasce retrabalha os elementos religiosos incorporados à cultura brasileira por um estamento negro que se dilui e se mistura no refazimento de classes numa cidade que, capital federal, é branca, mesmo quando proletária, culturalmente europeia, que valoriza a organização burocrática da qual vive boa parte da população residente, que premia o conhecimento pelo aprendizado escolar em detrimento da tradição oral, e que já aceitou o kardecismo como religião, pelo menos entre setores importantes fora da igreja católica. “Limpar” a religião nascente [...] é tomar por modelo o kardecismo, capaz de expressar ideais e valores da nova sociedade republicana, ali na sua capital. [...]. Mantém-se o rito cantado e dançado dos candomblés, bem como um panteão simplificado de orixás, já porém havia muitos anos sincretizados com santos católicos, reproduzindo-se, portanto, um calendário litúrgico que segue o da igreja católica, publicizando-se as festas ao compasso deste calendário.

É absolutamente compreensível a postura inicial tomada pela umbanda, procurando ao mesmo tempo se consolidar e barrar as perseguições e o preconceito, de apoiar-se em bases mais sólidas e aceitas socialmente. Cabe lembrar que, desde os fins do século XIX, os intelectuais brasileiros construíam discursos na intenção de forjar uma nacionalidade; no entanto, esse discurso via a miscigenação como uma das causas do atraso do País e foi veementemente combatida com a ideologia de embranquecimento da população. Sob uma vestimenta civilizada, a umbanda estaria totalmente inserida na proposta defendida pelas elites naquele momento e passou a se apresentar como religião nacional e universal, aceitando a todos, sem distinção de classe social e cor (ORTIZ, 1999).

Apesar de tais medidas, a umbanda ainda sofria com perseguições religiosas, especialmente no Governo Vargas. Oliveira (2007) relata que as perseguições aumentaram após a criação da Seção de Tóxicos e Mistificações na 1ª Delegacia Auxiliar da Chefatura de Polícia do Distrito Federal, em 1937, que tinha como objetivo fiscalizar e reprimir o descumprimento dos artigos 156, 157 e 158 do Código Penal de 1890, que proibiam a prática ilegal de medicina (curandeirismo), a magia e a feitiçaria (charlatanismo). Diante disso, a umbanda passou a acionar o segmento letrado da religião, o que Isaia (2012) chamou de intelectuais da umbanda.

Os chamados intelectuais da umbanda, que já eram responsáveis pelo projeto normatizador que unificaria as práticas diversas enquadrando-os na nova religião, passariam também a criar estratégias de legitimação da umbanda. Os umbandistas, espelhando-se nos resultados da Federação

Espírita Brasileira, criaram a primeira Federação de Umbanda do Brasil em 1939. A conotação que o termo federação representava no contexto do Estado Novo influenciou os intelectuais na criação de um órgão que pretendia concretizar o já citado objetivo de unificar as práticas da umbanda sob a liderança de uma instituição que iria normatizar, organizar e fiscalizar a religião. Para Ortiz (1999, p. 164), o processo legitimador da umbanda

Situa-se assim dentro de uma perspectiva histórica; ele determina o momento em que a religião busca um *status*, em conformidade com o conjunto de valores da sociedade brasileira. Encontramo-nos portanto diante de um processo de integração, mas de uma integração legitimada pela sociedade.

As federações como órgãos de representação dos umbandistas serviam para reunir os adeptos, incentivando uma unidade de classe, para fornecer assistência jurídica em casos de prisões de pais de santo ou batidas policiais nos terreiros, entre outras funções. Elas passaram a ser o elo entre a classe umbandista e o poder público em todas as suas esferas. A partir da década de 1940, com esse mesmo objetivo, as federações de umbanda passam a ser fundadas em vários estados do Brasil, seguindo sempre o mesmo formato de representatividade e procurando dialogar com os órgãos oficiais do Estado (ORTIZ, 1999).

3 A Umbanda no Piauí e a Criação da Federação Piauiense

No Piauí, sobre as práticas umbandistas no estado, existe a tradição oral que relata a chegada de uma mãe de santo para abrir um terreiro de umbanda na cidade ainda na primeira metade do século XX. Segundo Sabrina Verônica Lima (2013), a umbanda passou a ser cultuada em Teresina entre 1919 e 1930, através da Sra. Joana Maciel Bezerra, que teria chegado à cidade vinda do estado do Ceará, onde já havia sofrido perseguições religiosas. Ela teria montado, em um lugar chamado Pontal, localizado no encontro dos rios Poty e Parnaíba, o que ficou conhecido como o primeiro terreiro de umbanda da cidade. O terreiro recebeu o nome de Tenda de Santa Bárbara, onde a mãe de santo começou, aos poucos, a receber seus primeiros iniciados. Por causa do local onde fundou seu terreiro, a mãe de santo ficou conhecida, posteriormente, pelo nome de Mãe Joaninha do Pontal, nome pelo qual se estabeleceu no cenário religioso da capital piauiense.

No entanto, entrevistas recentes com o pai de santo Luiz Santos (2015) revelaram uma segunda vertente dessa tradição oral que aponta a senhora Joana Maciel Bezerra como vinda de São Luís do Maranhão, que, ao chegar em Teresina, teria-se

juntado com um grupo de pessoas que exerciam práticas religiosas na capital, como benzimentos e curas. Joana Maciel Bezerra teria, portanto, iniciado as práticas da umbanda em Teresina, mas, no que tange à manutenção de um culto organizado nos moldes do que encontramos hoje, conferindo às práticas de religiosidade popular já existentes uma estrutura mágico-religiosa, reunindo esses elementos no espaço físico de um terreiro, introduzindo uma liturgia nesses rituais, um ordenamento capaz de dar corpo a práticas até então dispersas.

Consta que nesse terreiro foram formados outros pais e mães de santo que, por conseguinte, teriam aberto seus próprios terreiros, formando uma comunidade umbandista na capital. Teria sido Joana Maciel Bezerra quem trouxera toda uma significação simbólica das vestimentas, dos ritos, das entidades, dando um nome às práticas já existentes, organizando a umbanda em forma de culto; portanto, justificando o título perpetuado pela tradição oral como a primeira mãe de santo de Teresina.

No Piauí, podemos identificar como uma das primeiras tentativas de legitimação da umbanda a filiação, em 1954, de um terreiro à União Espírita de Umbanda do Brasil, órgão de caráter nacional sediado no Rio de Janeiro, conforme anunciado no Jornal de Umbanda (NOVAS..., 1954, p. 8): "NOVAS FILIADAS: Tenda Espírita Chave da Harmonia - Rua Simplício Mendes, 994-S - Teresina, Piauí. Presidente: José Amorim Ferreira." Pouco sabemos sobre os motivos específicos que levaram esse terreiro da capital a filiar-se individualmente em uma instituição representativa de caráter nacional; no entanto, a partir do contexto vivido pelos religiosos de umbanda no período, no Piauí e em outras regiões, podemos conjecturar que se trata provavelmente de uma tentativa de se proteger das investidas da polícia aos terreiros, algo comum no período. Tal registro pode representar, salvo engano, uma forma de proteção às perseguições religiosas sofridas pela classe umbandista no Piauí.

O Piauí só passara a ter uma federação própria a partir do ano de 1964, com a criação da Federação Espírita Umbandista do Estado do Piauí (FEUEPI). A reunião de fundação da FEUEPI aconteceu no dia 26 de dezembro de 1964, na rua Riachuelo, n. 868, bairro São Pedro, em Teresina. O livro de atas e a federação foram registrados em cartório em 11 de abril de 1966 e foi reconhecida, posteriormente, como de utilidade pública pela lei n. 2.957, de 25 de março de 1969, conforme relatado na edição de 6-7 de abril de 1976 da coluna Correio Umbandista no jornal A Tribuna (CORREIO... 1975).

Conforme o estatuto da mesma (REGISTRO..., 1966), os membros da primeira diretoria da FEUEPI foram: presidente: Antônio Manoel da Silva; vice-presidente: Antônio Severino Alves Filho (capitão Severino); 1º secretário: Maria Dolores da Costa Farias Oliveira; 2º secretário: Maria do Socorro Castro; 1º tesoureiro: Osvaldo Cecílio Rocha; 2º tesoureiro: Doralice Moreira Lima; 1º suplente: Manoel Ferreira Lima; 2º suplente: Argemiro Gomes Silveira; 3º suplente: Raimundo Passos Ferreira; consultor jurídico: Dr. Raimundo da Costa Ribeiro.

Segundo o estatuto, em seu capítulo I, artigo 2º (REGISTRO..., 1966), a federação tinha por finalidade reunir, sob uma única direção, todos os estabelecimentos que praticavam a umbanda no Piauí; elaborar as regras a serem seguidas por todos os terreiros; difundir conhecimentos da umbanda em jornais, revistas e imprensa como um todo; fiscalizar se todos os terreiros estavam cumprindo as normas estatutárias; e realizar reuniões semanais na sede da federação.

Como podemos observar, os objetivos da federação eram bem amplos. Representar os praticantes da umbanda de todo o estado em um único órgão e criar as regras que deveriam ser seguidas por todos os terreiros eram objetivos que apontavam que a federação intencionava ser a porta-voz da umbanda no Piauí. A federação trouxe para si a responsabilidade de organizar esses terreiros, de criar suas regras, de fiscalizar se essas regras estavam sendo seguidas e de difundir a religião através de publicações em jornais e revistas.

O estatuto definia todas as esferas de atuação da federação, composto por sete capítulos (REGISTRO..., 1966): 1 - Da fundação, sede e fins; 2 - Dos sócios e das associados; 3 - Dos direitos e deveres dos associados e das penalidades; 4 - Da diretoria; 5 - Do conselho deliberativo; 6 - Das assembleias gerais; e 7 - Das disposições gerais. Nestes capítulos estavam descritos todas as normas que regiam a instituição, quem eram seus membros, como a diretoria era escolhida, como deveriam ser pagas as mensalidades, quais os direitos e deveres de membros e diretores, como deveriam funcionar as reuniões, entre outras.

Como era comum na época, a FEUEPI filiou-se a um órgão de caráter nacional: a Confederação Nacional Espírita Umbandista e dos Cultos Afro-Brasileiros. Como relatou Albuquerque (1976), a confederação possuía sede no Rio de Janeiro e era presidida pelo general Mauro do Porto Rêgo. Essa era mais uma estratégia das federações de caráter regional, pois existia a necessidade de legitimar e

validar a federação recém-criada a partir de uma instituição que já contava com determinado prestígio no contexto religioso. A confederação conferia um status de reconhecimento à federação piauiense, tanto por ser uma instituição de caráter nacional como pelo fato de seu presidente ser um general, algo bem relevante, posto que o País vivia sob regime militar. Essa ligação com a confederação era enfatizada sempre que possível, tanto em matérias jornalísticas como no próprio estatuto da federação (a ponto de o próprio general ser nomeado presidente de honra) e era comum a intervenção do órgão nos assuntos da federação piauiense.

4 O Cenário Umbandista nos Primeiros Anos da Década de 1970

A criação da federação piauiense em 1964 foi um ponto crucial para a popularização da umbanda que se daria na década seguinte. O órgão passaria a atuar ativamente na mobilização e registro das tendas e terreiros. Os umbandistas passaram a contar não somente com a representatividade jurídica oferecida pela federação, mas também com um certo respaldo social. O órgão recém-criado teve uma atuação modesta até o final da década de 1960; no entanto, a década de 1970 mudaria esse cenário. Logo no início, houve a mudança da nomenclatura do órgão, que passou a se chamar Federação Espírita Umbandista e dos Cultos Afro-Brasileiros do Estado do Piauí. A mudança no nome da federação e a maior valorização do elemento afro foi reflexo do momento histórico pelo qual essas religiões passaram de modo geral. Como apontou Santiago Junior (2009), a década de 1970 no Brasil foi marcada pela popularização das religiões afro-brasileiras, especialmente o candomblé e a umbanda. Intelectuais e artistas, como Clara Nunes, Vinicius de Moraes, entre outros, apoderavam-se dos elementos dessas religiões, promovendo-os através dos meios de consumo da cultura, como literatura, música e cinema. Podemos dizer, então, que os cultos afro e a cultura afro-brasileira tiveram seu *boom* na década de 1970 e que os acontecimentos da umbanda piauiense estavam interligados ao cenário nacional.

No Piauí, a federação apresentaria a umbanda à sociedade com a realização de festas públicas em homenagem aos orixás e com a construção de uma capela às margens do Rio Parnaíba, do lado de onde hoje chamamos de Troca-troca, ponto de comércio da cidade. Ao passarmos na avenida Maranhão, ainda podemos avistar suas ruínas, vítimas da ação do tempo. A capela, ou gruta como também era chamada, passou a ser o local onde as

festas públicas da umbanda piauiense começaram a ser realizadas. A primeira referência a essa capela encontramos em uma publicação do jornal O Dia de 19 de janeiro de 1972, que anunciava a realização da festa de São Sebastião, santo católico sincretizado com o orixá Oxóssi:

Pisando em brasas durante cerca de 10 minutos os umbandistas homenagearão amanhã São Sebastião, numa demonstração de fé ao mártir da Umbanda e chefe da linha de Oxossi e ofertarão comidas e bebidas de santo aos orixás de luz. A festa será realizada a partir das 19 horas, na margem direita do rio Parnaíba, na Praça Marechal Deodoro da Fonseca com a presença de Umbandistas de várias Tendas de Teresina sob coordenação da Federação Espírita Umbandista dos Cultos Afro-Brasileiros do Estado do Piauí. Os adeptos da umbanda construirão uma capela na beira do Rio onde ficará depositada a imagem de São Sebastião, para orações e realizarão uma sessão espírita com apresentações ao público (UMBANDA..., 1972, p. 3).

No dia seguinte à festa, no mesmo jornal, encontramos além de fotos, os detalhes de como a festa realizou-se:

Dançando sobre brasas, “engolido” fogo, comendo uma espécie de pirão efervescente, ao som de tambores e cânticos indígenas, os umbandistas comemoraram ontem a noite o dia de São Sebastião, o chefe da linha de Oxóssi. Embora pouco venerado em Teresina, os católicos também homenagearam o Santo Mártir, assistindo às missas celebradas nas diversas Igrejas e acompanhando procissões. O espetáculo mais bonito realizou-se às margens do rio Parnaíba, na Praça Marechal Deodoro onde foi depositada uma imagem do santo, numa capelinha construída pelos sebastianos de Umbanda. Grande número de pessoas compareceu ao local e aplaudiu o culto espírita (DANÇANDO..., 1972, p. 1).

Notemos os vários elementos que podem ser destacados nessas matérias: há uma ampla cobertura da imprensa no período, tanto ao anunciar a festa que iria acontecer como ao noticiar os detalhes após sua realização e há a ênfase na federação como organizadora da festa, o que dá um caráter oficial às festividades. Percebemos também que, apesar de mencionar que o santo também foi comemorado pelos católicos, teria sido a festa umbandista o “espetáculo mais bonito.” Há ainda a descrição dos rituais; mesmo se notando um certo estranhamento com relação às práticas, não é feito juízo de valor quanto aos fatos, talvez por ser a própria federação a informante por excelência dos fatos ocorridos, já que em algumas matérias o presidente da federação dava entrevistas e explicava sobre os acontecimentos da umbanda.

Cabe ressaltar que a escolha dos locais para realização das festas umbandistas não se dava aleatoriamente. Os umbandistas e os adeptos das religiões afro-brasileiras de modo geral veem a cidade sob uma ótica diferente. Para Certeau (2003), o espaço se realiza quando é vivenciado. Um lugar só se torna espaço através do uso dado pelos indivíduos que o potencializam, transformando-o. O espaço, portanto, seria um

lugar praticado. O povo de santo (como são conhecidos os adeptos das religiões afro-brasileiras) olhava a cidade, não sob a ótica dos lugares instituídos, mas a partir dos significados atribuídos a tais lugares, tornando-os espaços praticados. Com isso, o rio passa a ser visto, não somente como um rio, mas como a morada do orixá Oxum; a mata, como a morada de Oxóssi; o mar, como a morada de Yemanjá; e assim por diante.

Quando os adeptos de Teresina realizavam suas festas em determinados locais da cidade, eles estavam seguindo a ritualística da religião. A margem do rio Parnaíba era palco de quase todas as festividades religiosas da umbanda teresinense. A especialidade notada nas práticas de espaço feitas pelo povo de santo de Teresina é que, como a capital piauiense não possui mar, as festas aos orixás, especialmente de Yemanjá, que passou a ser tradicional na virada do ano, eram realizadas à beira-rio, mas o valor simbólico era determinado: como não há mar, as oferendas eram depositadas no rio Parnaíba, aos cuidados de Oxum, para que a mesma as levasse ao mar para ser entregue à mãe Yemanjá. O rio Parnaíba configurava-se, então, como um rio condutor de oferendas (CASCUDO, 2012).

As festas para os orixás tornaram-se tradicionais na cidade. Como já mencionado, todos os anos no *réveillon* a comunidade umbandista passou a festejar, nas margens do rio Parnaíba, a rainha das águas, Yemanjá. A festa que ocorreu na virada de 1972 para 1973 foi noticiada pelo jornal O Dia da seguinte maneira:

Centenas de Umbandistas compareceram na noite de ontem às margens do rio Parnaíba para homenagear ‘a rainha das águas’ lemanjá. Uma procissão fluvial de Timon para Teresina deu início às solenidades, quando uma imagem de lemanjá foi trazida para uma gruta onde ficará definitivamente. Várias tendas foram armadas e, dentro delas, os umbandistas entoaram cânticos em homenagem à sua deusa. As festividades foram encerradas à meia-noite (A FESTA..., 1972-1973, p. 1).

A festa do ano seguinte já evidenciava uma maior popularização e a inserção da festa no calendário de festividades da cidade. Os números eram cada vez mais grandiosos e o anúncio das festas relatados de forma convidativa. A cobertura da imprensa noticiava os detalhes das celebrações e as expectativas com relação ao evento:

Mais de mil umbandistas e representantes de 300 tendas estarão reunidos domingo à tarde, para celebrarem a festa de lemanjá, a rainha das águas no ritual da umbanda. A festa tem início previsto para as 17 horas, no cais do rio Parnaíba, com a participação de diversos babalaôs e orixás que entoarão cantigas em homenagem à rainha do mar. Salim Freire, Pres. da Federação Espírita Umbandista dos Cultos Afro-brasileiros do Piauí, afirma que a festa será das mais belas já realizadas em Teresina (UMBANDA..., 1973, p. 1).

É possível observar que existe uma lógica de organização nas festas, com horário e local previamente determinados. Isso pode ser atribuído provavelmente ao fato de que para a realização dos eventos era necessária a autorização prévia dos órgãos competentes, como pode ser observado em outra matéria noticiada no mesmo jornal, na qual consta que o presidente da Federação de Umbanda, Salim Freire, havia enviado um ofício ao chefe da agência da capitania dos portos, Carlos Obrien, pedindo autorização para realizar a tradicional festa anual de Iemanjá. A festa continuou ganhando a cobertura da imprensa mesmo após a sua realização:

O irmão Salim Freire considerou a festa em homenagem a Iemanjá, realizada à noite de domingo no cais do Parnaíba, como um verdadeiro espetáculo. Uma coisa de outro mundo. Carros com pessoas de todas as classes sociais provocaram até engarrafamento e o Batran teve que improvisar um sistema de segurança para garantir a ordem. Diversos representantes de terreiros do Maranhão, como “os caciques de pai Joaquim”, de Bacabal, um grupo de umbandistas negros e velhos vieram à Teresina para homenagear Iemanjá e a festa se transformou num belo espetáculo.[...] Mocinhas da sociedade lavaram os pés nas águas barrentas do Parnaíba, enquanto os orixás e babalaôs entoavam hinos próprios ao ritual da saudação à Iemanjá. Com cerca de mil participantes[...]. (UMA FESTA..., 1974, p. 1).

Segundo a notícia, os umbandistas compareceram em grande número, inclusive do vizinho estado do Maranhão, evidenciando a existência de um intercâmbio religioso entre os dois estados. A matéria também noticia que pessoas de diversas classes sociais também compareceram ao evento. Quanto a esse aspecto, podemos dizer, evitando generalizações, que havia uma parcela da sociedade elitizada que também frequentava os eventos realizados pela federação de umbanda do Piauí. Quando o jornalista diz que “mocinhas da sociedade lavaram os pés nas águas barrentas do Parnaíba”, mostra-nos que a simbologia da umbanda é aceita e praticada por membros dessa sociedade, mesmo que, talvez, sem conhecer seus significados.

5 Conclusão

Para além das festas, muitos outros acontecimentos movimentaram o cenário umbandista da capital durante toda a década de 1970, como a sucessiva mudança na direção do órgão e a criação de outras federações no Piauí. No entanto, o que nos propomos a enfatizar aqui foi a ideia de que, ao olhar a realidade atual da umbanda e demais religiões afro-brasileiras em Teresina, devemos ter em mente que gerações de umbandistas protagonizaram um processo histórico que resultou no cenário tal qual vislumbramos hoje. É interessante observarmos que há uma mudança,

uma certa ruptura com as práticas e tradições constituídas na década de 1970 e a construção de novas tradições.

A não continuidade de tais práticas representa a constante reatualização dos cultos, algo comum na umbanda. Os rituais umbandistas têm um alto caráter de adaptação; ou a outros cultos ou a novas formas de se relacionar com a sociedade. As tradições se modificam para permanecerem vivas. As manifestações públicas da umbanda de hoje são um resultado, mesmo que indireto, da luta pelo reconhecimento e legitimação construídos no passado.

Referências

- A FESTA da umbanda para Iemanjá. *O Dia*, Teresina, p. 1, 31 dez. 1972-01 jan. 1973.
- ALBUQUERQUE, J. S. Dados históricos da umbanda piauiense. In: CONVENÇÃO ANUAL DO CONSELHO DELIBERATIVO DE UMBANDA, 1., 1976, Rio de Janeiro. (mimeografado).
- CASCUDO, L. C. *Dicionário do folclore brasileiro*. 12. ed. São Paulo: Global, 2012.
- CERTEAU, M. *A invenção do cotidiano*: 1. Artes de fazer. 9. ed. Petrópolis: Vozes, 2003.
- CORREIO umbandista. *A Tribuna*, Teresina, p. 4, 6-7 abr. 1975.
- DANÇANDO sobre fogo festejam São Sebastião. *O Dia*, Teresina, p. 1, 21 jan. 1972.
- ISAIA, A. C. Umbanda, intelectuais e nacionalismo no Brasil. *Fênix*, Uberlândia, v. 9, a. IX, n. 3, p. 1-19, set.-dez. 2012.
- LIMA, S. V. G. *Ao som do tambor*: o processo de institucionalização da umbanda nas décadas de 1960/70 em Teresina. 64 f. Monografia (Graduação em Letras) - Departamento de Letras, Universidade Federal do Piauí, Teresina, 2013.
- LIMA, S. O. *Fiéis da ancestralidade*: comunidades de terreiros de Teresina. Teresina: Edufpi, 2014.
- NOVAS filiadas. *Jornal de Umbanda*, Rio de Janeiro, a. VI, n. 47, p. 8, out. 1954.
- OLIVEIRA, J. M. *Entre a macumba e o espiritismo*: uma análise comparativa das estratégias de legitimação da umbanda durante o Estado Novo. 164 f. Dissertação (Mestrado em História Comparada) - Programa de Pós-Graduação em História Comparada, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2007.
- ORTIZ, R. *A morte branca do feiticeiro negro*. 2. ed. São Paulo: Brasiliense, 1999.
- PRANDI, R. Modernidade com feitiçaria: candomblé e umbanda no Brasil do século XX. *Tempo Social*, São Paulo, v. 2, n. 1, p. 49-74, 1. sem. 1990.
- REGISTRO dos Estatutos da Federação Espírita Umbandista do Estado do Piauí. Cartório do 1º Ofício de Notas e Registros de Imóveis, Pessoas Jurídicas e Outros Papeis, no livro A- 04 sob n. 323. 11 abr. 1966.
- SANTIAGO JUNIOR, F. C. F. *Imagens do candomblé e da umbanda*: etnicidade e religião no cinema brasileiro nos anos 1970. 356 f. Tese (Doutorado Interinstitucional em História) - Programa de Pós-Graduação em História, Universidade Federal Fluminense, Niterói, 2009.
- SANTOS, L. *Luiz Santos*: depoimento [nov. 2015]. Entrevistadora: Sabrina Verônica Gonçalves Lima. Teresina, 2015. 1 gravador digital. Entrevista concedida a Sabrina Verônica Gonçalves Lima.
- UMA FESTA para Iemanjá. *O Dia*, Teresina, p. 1, 01-02 jan. 1974.
- UMBANDA comemora São Sebastião pisando em brasa. *O Dia*, Teresina, p. 3, 19 jan. 1972.
- UMBANDA festeja Iemanjá. *O Dia*, Teresina, p. 1, 25-26 dez. 1973.

* **Historiadora, mestranda do Programa de Pós-Graduação em História do Brasil da Universidade Federal do Piauí (UFPI).**

** **Professor do Curso de Ciências Econômicas e do Programa de Pós-Graduação em História do Brasil da UFPI.**